

BASE AÉREA DE SANTA MARIA

Termo de Referência 281/2025

Informações Básicas

|                    |                                  |                          |                           |
|--------------------|----------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG                             | Editado por              | Atualizado em             |
| 281/2025           | 120643-BASE AÉREA DE SANTA MARIA | JAMYLLE DE ASSUNCAO LIMA | 25/05/2026 14:39 (v 0.16) |
| Status             |                                  |                          |                           |
| ASSINADO           |                                  |                          |                           |

Outras informações

| Categoria  | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra |                       | 00000                   |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços Gráficos em Geral para atender as demandas institucionais da Base Aérea de Santa Maria (BASM), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL  |
|------|---|--------|-------------------|------------|----------------|--------------|
| 1    | Serviço de confecção de PLACA em PVC rígido 3mm no tamanho 30cm x 15cm para identificação de portas, personalizável. Fundo branco, impressão colorida, contendo fita dupla face para fixação. Arte enviada pela Contratante.  | 5452   | UN                | 50         | R\$ 45,93      | R\$ 2.296,50 |
| 2    | Serviço de confecção de PASTAS DE PAPEL, tamanho A4, impressão 4x0 cores em papel supremo verniz, com bolso, dobrados e colados e 5 artes diferentes. Consultar modelo em Anexo. Arte enviada pela Contratante.   | 12882  | UN                | 370        | R\$ 5,39       | R\$ 1.994,30 |
| 3    | Serviço de confecção de BANNER EM LONA de 440g no tamanho 1,5x1m, impressão digital colorida 4x0, com texto e imagens definidas pelo Contratante. Acabamento com ilhós de no mínimo 20mm de diâmetro e 15cm de distância entre eles. Arte enviada pela Contratante. | 463957 | UN                | 16         | R\$ 110,00     | R\$ 1.760,00 |





|    |   |       |    |     |            |               |
|----|---|-------|----|-----|------------|---------------|
| 22 | transparente (com arte definida pelo Contratante, montado em base gravada com letras em baixo relevo. Arte enviada pela Contratante.  | 20990 | UN | 50  | R\$ 116,09 | R\$ 5.804,50  |
| 23 | Serviço de confecção de CONJUNTO DE CANETA E LAPISEIRA contendo caneta em metal cromado e couro sintético preto, acionador giratório, com tinta azul ou preta, gravada a laser; lapiseira em metal cromado e couro sintético preto, 0,7mm, gravada a laser; acomodadas em caixa azul marinho, com interior em espuma cinza. Consultar modelo em Anexo. Arte enviada pela Contratante. | 5452  | UN | 150 | R\$ 45,33  | R\$ 6.799,50  |
| 24 | Serviço de confecção de CANECA personalizada em Inox com Alça e tampa com capacidade aproximadamente de 450ml, com impressão a laser ou similar. Cor a definir com o solicitante. Arte enviada pela Contratante. Consultar modelo em Anexo.   | 16950 | UN | 200 | R\$ 24,25  | R\$ 4.850,00  |
| 25 | Serviço de confecção de CANECA personalizada em porcelana na cor (a definir), capacidade de 300ml, com aplicação externa de arte em UV digital colorida. Consultar modelo em Anexo. Arte enviada pela Contratante.  | 16950 | UN | 200 | R\$ 29,99  | R\$ 5.998,00  |
| 26 | Serviço de confecção de PENDRIVE em cartão 8gb, personalizado com impressão do logomarca colorida. Arte enviada pela Contratante.   | 5452  | UN | 200 | R\$ 19,85  | R\$ 3.970,00  |
| 27 | Serviço de confecção de TAPETE personalizado em vinil antiaderente, com 25mm de espessura, cores variadas, com impressão colorida, tamanho 2,75x1,30m. Consultar modelo em Anexo I. Arte enviada pela Contratante.  | 15865 | UN | 10  | R\$ 997,43 | R\$ 9.974,30  |
| 28 | Serviço de confecção de TAPETE personalizado em vinil antiaderente, com 25mm de espessura, cores variadas, com impressão colorida, tamanho 1,77x0,90m. Consultar modelo em Anexo I. Arte enviada pela Contratante.  | 15865 | UN | 8   | R\$ 444,45 | R\$ 3.555,60  |
| 29 | Serviço de confecção de TAPETE personalizado em vinil antiaderente, com 25mm de espessura, cores variadas, com impressão colorida, tamanho 1,36 x 0,87m. Consultar modelo em Anexo I. Arte enviada pela Contratante.  | 15865 | UN | 31  | R\$ 330,11 | R\$ 10.233,41 |
| 30 | Serviço de confecção de BOLACHA /EMBLEMA em tecido, medindo 7x8,5 cm, com fundo verde escuro e bordado da logomarca em preto, contendo velcro preto costurado no verso com a outra face do velcro. Consultar modelo em anexo. Arte enviada pela Contratante. Exige prova digital.   | 10030 | UN | 505 | R\$ 20,00  | R\$ 10.100,00 |
| 31 | Serviço de confecção de BOLACHA /EMBLEMA em tecido, medindo 7x8,5 cm com fundo colorido e bordado da logomarca colorida, contendo velcro preto costurado no verso e com a outra face do velcro anexa. Consultar modelo em anexo. Arte enviada pela Contratante. Exige prova digital.  | 10030 | UN | 505 | R\$ 20,00  | R\$ 10.100,00 |

|    |  |       |    |     |            |               |
|----|--|-------|----|-----|------------|---------------|
| 32 | Serviço de confecção de DOM (distintivo de organização militar) em base metálica niquelada, esmaltado, 4x0 cores, com capa /suporte plástica (o), dentro dos padrões da Força Aérea Brasileira. Consultar modelo e especificações em Anexo II – ICA 903- 1. Arte enviada pela Contratante.               | 5452  | UN | 495 | R\$ 25,95  | R\$ 12.845,25 |
| 33 | Serviço de confecção de DOM (distintivo de organização militar) em base metálica niquelada, esmaltado, 4x0 cores, com presilha em metal, dentro dos padrões da Força Aérea Brasileira. Consultar modelo e especificações em Anexo II – ICA 903-1. Arte enviada pela Contratante.                         | 5452  | UN | 495 | R\$ 25,95  | R\$ 12.845,25 |
| 34 | Serviço de confecção de BANDEIRA tipo 1, comprimento 64cm, largura 45cm. Consultar modelo e especificações no Anexo III - RCA 35-2. Arte enviada pela Contratante.   | 16330 | UN | 22  | R\$ 75,00  | R\$ 1.650,00  |
| 35 | Serviço de confecção de BANDEIRA tipo 2, tamanho 90cm x 128cm. Consultar modelo e especificações no Anexo II – ICA 903-1. Arte enviada pela Contratante.   | 16330 | UN | 15  | R\$ 84,00  | R\$ 1.260,00  |
| 36 | Serviço de confecção de BANDEIRA tipo 3, tamanho 1350mm x 1929mm. Consultar modelo e especificações no Anexo II – ICA 903-1. Arte enviada pela Contratante.  | 16330 | UN | 12  | R\$ 90,00  | R\$ 1.080,00  |
| 37 | Serviço de confecção de FLÂMULA em tecido de duas faces colorido, com franja de 3cm nos dois bordos livres na cor jaune (amarelo), medindo 75x40, com mastro de 1,60cm em madeira revestida. Consultar modelo em Anexo. Arte enviada pela Contratante.   | 18643 | UN | 16  | R\$ 250,00 | R\$ 4.000,00  |
| 38 | Serviço de confecção de confecção de MEDALHA DE AÇO 45 mm (diâmetro), do tipo esportiva, contendo fita em poliéster na cor azul de 15 mm de largura. Acabamento em ouro, prata ou bronze. Arte a ser definida e enviada pela contratante.  | 17760 | UN | 380 | R\$ 7,00   | R\$ 2.660,00  |
| 39 | Serviço de confecção de boné em tecido brim, com cinco ou seis gomos, com fivela e fecho em metal, com 4 desenhos bordados, viseira tipo sanduíche, cores e logos a serem definidos posteriormente.  | 10030 | UN | 250 | R\$ 36,58  | R\$ 9.145,00  |
| 40 | Serviço de confecção de moeda comemorativa tipo challenge coin, em metal shine nickel, com diâmetro 44,5mm, e espessura de 3mm, com arte colorida frente e verso, com embalagem de saco transparente de PVC. Arte a ser definida pela contratante.   | 18740 | UN | 120 | R\$ 99,90  | R\$ 11.988,00 |
| 41 | Serviço de confecção de impressos, seguindo os padrões do modelo em anexo: Blocos numerados para receituário tipo ” C”, com 20 folhas cada, medindo 9,5 x26cm, na cor amarela, com picote. Em papel sulfite 75grs. Numeração a ser solicitada pelo setor requisitante. EXIGE PROVA. Sujeito à aprovação. | 18422 | UN | 20  | R\$ 11,03  | R\$ 220,60    |
| 42 | Confecção de talonário de notificação de receita tipo B (AZUL). Papel: 70 gr., cor   | 18724 | UN | 100 | R\$ 11,03  | R\$ 1.103,00  |

|    |   |       |    |      |           |              |
|----|---|-------|----|------|-----------|--------------|
|    | azul, tamanho 9,5x26cm, acabamento picote lateral, bloco contendo 20 folhas por bloco. Tipo: B-Azul.  |       |    |      |           |              |
| 43 | Cartão do usuário de acompanhamento de pacientes hipertensos e diabéticos. Tamanho 15x21 cm em papel couchê 170gr. ou modelo similar resistente. Impressão colorida frente e verso com arte fornecida pelo contratante. Embalagem com 20 unidades.  | 18422 | UN | 100  | R\$ 12,00 | R\$ 1.200,00 |
| 44 | Serviço de confecção de CARTÃO DE VISITA, material papel Couchê 300g, tamanho 88mm X 48 mm, acabamento laminação fosca (BOOP) mais verniz localizado, impressão frente e verso, cores 4x4. Arte enviada pela Contratante podendo ser arquivo em imagem (jpeg).  | 18422 | UN | 1000 | R\$ 0,49  | R\$ 490,00   |
| 45 | Serviço de confecção de PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE ROTA DE FUGA em PVC 2mm Fotoluminescente para ambientes com ou sem incidência de luz e que não sofre oxidação por tempo de uso. Anti-chamas. Cores e letras de acordo com requisitos exigidos pelo Corpo de Bombeiros e NBR 13434. Auto-Adesiva, pronta para instalação com fita dupla face no verso, tamanho 12cm x 24cm, utilizada para sinalização, personalizável. | 18422 | UN | 50   | R\$ 28,00 | R\$ 1.400,00 |
| 46 | Serviço de confecção de PLACAS DE SINALIZAÇÃO INTERNA. PERSONALIZADAS. Placa em PVC (placa de PS), dimensões: 30cmX20cm, espessura de 3mm, com aplicação de impressão digital em alta definição sobre adesivo em 01 face. Auto-Adesiva, pronta para instalação com fita dupla face no verso. Arte enviada pela Contratante podendo ser arquivo em imagem (jpeg)   | 5452  | UN | 50   | R\$ 23,90 | R\$ 1.195,00 |
| 47 | Serviço de confecção de impressos, seguindo os padrões do modelo em anexo: Blocos para receituário com 100 folhas cada, medindo 14,5 cm x 21 cm, na cor branca, escrita em preto. Em papel sulfite 75grs. EXIGE PROVA. Sujeito à aprovação.   | 18422 | UN | 800  | R\$ 11,03 | R\$ 8.824,00 |
| 48 | Serviço de confecção de impressos, seguindo os padrões do modelo em anexo: Receituário de Oftalmologia, tamanho 14,5 cm x 21 cm, na cor branca, escrita em preto. As impressões deverão ser agrupadas em blocos de 100 unidades. Em papel sulfite 75 grs. EXIGE PROVA. Sujeito à aprovação.   | 18724 | UN | 50   | R\$ 11,03 | R\$ 551,50   |
| 49 | Serviço de confecção de impressos, seguindo os padrões do modelo em anexo: Capa de Eletrocardiograma, medindo 10 cm x 20 cm cada página, formato livro, capa frente e verso, na cor branca, escrita em preto, e contracapa branca, nas mesmas medidas. Em papel sulfite 180grs. EXIGE PROVA. Sujeito à aprovação.   | 18422 | UN | 400  | R\$ 7,04  | R\$ 2.816,00 |
|    | Serviço de confecção de impressos, seguindo os padrões do modelo em anexo: Blocos para receituário de controle especial, com 100 folhas cada, medindo   |       |    |      |           |              |

|    |  |        |    |       |           |               |
|----|--|--------|----|-------|-----------|---------------|
| 50 | 14,5 cm x 21 cm, autocopiativos (sem uso de carbono) em 02 vias, (na cor branca) escrita em preto. Em papel sulfite 75grs. EXIGE PROVA. Sujeito à aprovação.<br>Serviço de confecção de impressos, seguindo os padrões do modelo em anexo: Modelo nº 06 – Fichas de Inspeção de Saúde (Junta de Saúde local - JSL),  | 18422  | UN | 400   | R\$ 11,03 | R\$ 4.412,00  |
| 51 | medindo cada página 22 cm de largura x 30 cm de altura, formato livro, contendo 02 folhas e 04 páginas, na cor branca, escrita em preto. Em papel sulfite 75grs. EXIGE PROVA. Sujeito à aprovação.   | 18422  | UN | 3000  | R\$ 4,43  | R\$ 13.290,00 |
| 52 | Folders, 21x30cm, Cores 4x4, Couchê 115g, 2 dobras.<br>Placas de identificação. Material: PVC 2mm, Formato: 30 cm x 20cm. Fonte: Times New Roman Branco. Terço superior: faixa azul claro. Dois terços inferiores: faixa azul escuro. Dom da Unidade no canto superior esquerdo. Nome da Unidade no canto superior direito Nome do local/atividade no centro da área inferior.   | 18422  | UN | 2000  | R\$ 0,81  | R\$ 1.620,00  |
| 53 | Pulseira de identificação de pacientes adulto para uso hospitalar, em PVC. Cor branca, modelo adulto, tamanho 290mm x 25mm, impressão colorida, personalizável, arte a ser inserida na impressão a ser enviado pela contratante, podendo ser imagem JPG. Lacre inviolável. Material livre de látex, antialérgico, impermeável e inodoro. Que permita preenchimento com caneta esferográfica. Apresentação Pacote com 100 unidades. | 18422  | UN | 25    | R\$ 28,00 | R\$ 700,00    |
| 54 | Serviço De Confecção De Adesivo Em Vinil, Com Cola Para Aplicação Interna Em Para-Brisa E Visualização Externa (Espelhado Com 07 (Sete) Cores, Medindo 06cmx09cm. Consultar Modelo Em Anexo. Arte Enviada Pela Contratante.  | 463072 | UN | 20000 | R\$ 0,59  | R\$ 11.800,00 |
| 55 | Serviço de confecção de adesivo em vinil fosco, com cola aplicação interna em para-brisa veicular e visualização externa (espelhado), com número de identificação do ano (dois últimos dígitos do ano), medindo 03cm x 03cm. Modelo em anexo. Arte a ser enviada pela contratante.   | 18724  | UN | 2000  | R\$ 0,60  | R\$ 1.200,00  |
| 56 | Serviço de confecção de insígnias/brevê emborrachado com fundo e velcro preto, gravura em alto relevo, medindo 8cm de comprimento por 2cm de altura. formato e modelo enviada pelo contratante.  | 18724  | UN | 4800  | R\$ 0,60  | R\$ 2.880,00  |
| 57 | Serviço De Confecção e Insígnias/Brevê Em Base Metálica Niquelada, Esmaltada Em Cores Com Presilha Em Metal, Com Gravura Em Alto Relevo. Medindo 8cm de comprimento por 2cm de altura. Formato e modelo a ser enviado pelo Contratante.  | 16390  | UN | 130   | R\$ 25,00 | R\$ 3.250,00  |
| 58 | Serviço de confecção de tarjeta identificação de alunos em curso, confeccionada em pano preto, numeração na cor branca, contendo velcro preto costurado no verso e com a outra face do velcro, medindo 5cm x 10cm. Formato e modelo enviada pelo contratante.  | 5452   | UN | 130   | R\$ 34,90 | R\$ 4.537,00  |
| 59 |  | 10030  | UN | 500   | R\$ 18,00 | R\$ 9.000,00  |

|    |   |       |    |     |            |               |
|----|---|-------|----|-----|------------|---------------|
| 60 | Serviço de confecção de troféu em alumínio na cor dourada medindo 45cm, em modelo de taça.  | 20990 | UN | 7   | R\$ 199,00 | R\$ 1.393,00  |
| 61 | Pasta nova onda escolar 335x245x20mm, Azul, Polibrás.   | 12882 | UN | 130 | R\$ 4,00   | R\$ 520,00    |
| 62 | Serviço de impressão de Apostila para diferentes componentes curriculares em papel A4\, com até 300 páginas\, capa em impressão 4 X 0\,240g. Páginas em impressão 1 X 1 em papel apergaminhado 75 gramas. Encadernação tipo espiral capa cristal e contra capa preta tamanho A4. Arquivo contendo apostila a ser entregue pelo contratante.   | 18422 | UN | 200 | R\$ 79,90  | R\$ 15.980,00 |
| 63 | Serviço de confecção de impressos, colorido de certificados de conclusão de curso. Arquivo contendo os dados e arte a ser encaminhado pelo Contratante.   | 18724 | UN | 350 | R\$ 0,78   | R\$ 273,00    |
| 64 | Serviço de confecção de Mochila Personalizada na Cor: Preto; Tecido: Pano de Oxford (Nylon) 600D Encryption Material impermeável; Peso (aprox): 850g; Volume (aprox): 50L; Compartimento principal (aproximadamente): 17 "(45cm) X 9.84" (25cm) X 8.66 "(22cm); Compartimento secundário (aprox): 15.8" (40cm) Alta X 7,9 "(20 cm) Largura X 2,8" (7 cm) Profunda Superior Frente Bolso (aprox): 2,8 "(7 cm) Alta X 6,7" (17 cm) Largura X 2 "(5 cm) Profunda; Parte Inferior Inferior do Bolso (aprox) : 9 "(23 cm) de altura X 6,7" (17 cm) de largura X 2 "(5 cm) Deep; Mochila personalizada com logo do esquadrão. Bolsas são todos com fecho de correr (ziper), fácil de abrir e fechar. O interior das bolsas é feito por material impermeável e durável. Duas bolsas na frente para prender mais bolsas e transportar pequenas coisas. Com duas cargas principais e com pequenas bolsas dentro das principais cargas para as suas necessidades. A parte de trás da bolsa é acolchoada, o que é confortável e existe um orifício de saída do tubo de bebida do sistema de hidratação no topo da mochila. Com peito e cinto para uso de conforto quando usado como mochila. As alças são acolchoadas e podem ser ajustadas. | 22551 | UN | 200 | R\$ 289,90 | R\$ 57.980,00 |
| 65 | Serviço de confecção de Boné personalizado de aba curva com detalhe sanduíche. Corpo: Sarja 100% algodão penteado ou sarja mista (algodão e poliéster) com gramatura de 220g/m² a 250g/m², garantindo resistência e conforto. Aba: Estruturada em três camadas, com detalhe contrastante em cor diferente no meio (efeito sanduíche). Costura decorativa com seis linhas visíveis para acabamento robusto e sofisticado. Faixa interna: Tecido atalhado absorvente para maior conforto e proteção contra suor.  | 10030 | UN | 100 | R\$ 36,58  | R\$ 3.658,00  |
|    | Impresso padronizado, material: 1ª Via apergaminhado e 2ª via superbond tipo: bloco 50x2, colado. Gramatura: 1ª via 75 g /m2 e 2ª via 56g/m2. Comprimento: 927  |       |    |     |            |               |



|    |  |       |    |      |            |              |
|----|--|-------|----|------|------------|--------------|
| 66 | mm, largura: 210 mm, cor branca.<br>Cracterísticas adicionais: Impressão na cor preta em modelo customizado. Aplicação ficha de hospedagem.  | 18422 | UN | 24   | R\$ 71,20  | R\$ 1.708,80 |
| 67 | Serviço de confecção de TOTEM display informativo de chão. Material MDF com 10cm de espessura. Base nas dimensões: 0,6m X 0,3m. Altura total de 1,50 x 0,40 cm. Conforme imagem em anexo.  | 22586 | UN | 10   | R\$ 550,00 | R\$ 5.500,00 |
| 68 | Serviço de confecção de identificação impressa no lado direito a altura do peito nas camisetas brancas do RUMAER será composta pela abreviatura do posto ou graduação e nome de guerra do militar em letras maiúsculas pretas, na fonte Arial Regular com 10 mm de altura. Obs.: Apenas um espaço entre a abreviatura do posto ou graduação e o nome de guerra. A camiseta deverá receber do gládio alado conforme arquivo do edital “Estampa para o Gládio Alado” com altura de 56 mm e largura de 80mm do lado esquerdo do peito aplicada pelo processo de serigrafia (silkscreen), ver figuras 1, 2, 4 e 5 e posicionamento conforme item 8- Tabela de Medidas e Tolerâncias do aquivo “FAB-V-043 Camiseta Branca” e “Modelo de tarjetas e Serviços Gráficos” do edital.. Obs.: Todas as despesas com transporte, tanto retirada das camisetas na BASM como o retorno das mesmas à BASM, ficam a cargo da empresa vencedora | 15725 | UN | 1062 | R\$ 7,00   | R\$ 7.434,00 |
| 69 | Serviço de confecção de Identificação bordada do lado direito a altura do peito de camisetas camufladas, blusão camuflado ou blusão azul aeronáutica do RUMAER será composta pela abreviatura do posto ou graduação e nome de guerra do militar em letras maiúsculas em um tom médio de cinza, na fonte block large com 10 mm de altura. A tonalidade do cinza da linha para o bordado tem como referência as linhas CoatsDual Duty / Epic / Astra C9125 e Setta XIK 75, sem se limitar a elas. Imagem disponibilizada no arquivo “Modelo de tarjetas e Serviços Gráficos” do edital. Obs.: 1 - Apenas um espaço entre a abreviatura do posto ou graduação e o nome de guerra. 2 – Todas as despesas com transporte, tanto retirada das camisetas na BASM como o retorno das mesmas à BASM, ficam a cargo da empresa vencedora.  | 15725 | UN | 1062 | R\$ 6,93   | R\$ 7.359,66 |

## Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

## **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

## **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias, contados do momento em que o contratado confirma o recebimento da nota de empenho por e-mail, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1 Como a previsão é de entrega imediata e integral, sem previsão de obrigações futuras, não há previsão de assinatura de termo de contrato sendo a Nota de Empenho o Instrumento Substitutivo de celebração contratual.

1.5. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATSER e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas. Portanto, os licitantes deverão elaborar suas propostas com base na descrição constante do quadro acima.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. A fornecedora deverá exercer práticas de sustentabilidade, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis 2023, devendo seguir, também, as diretrizes de sustentabilidade, conforme Decreto no 7.746 /2012, Artigo 4º:

4.1.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia;

4.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

4.2. São proibidas, à Contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.2.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.2.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.2.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e

4.2.4. Outras formas vedadas pelo poder público.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Vistoria**

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo de entrega dos serviços será de 30 (dias) dias, contados do período determinado na Ordem de Execução do Serviço, ou envio do empenho ao e-mail da Contratada em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

5.1.2. Independentemente do número de itens que uma única empresa possa vencer, o prazo de execução dos serviços será conforme descrito no item 5.1.1, mesmo que sejam executados concomitantemente;

5.1.3. O prazo para execução poderá ser prorrogado, quando solicitado formalmente pelo fornecedor e com a antecedência mínima de (05) cinco dias úteis antes do seu vencimento;

5.1.4. Os serviços serão recebidos pela comissão responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.1.6. O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2 Os serviços serão entregues no endereço abaixo, salvo disposição contrária e previamente coordenada com a Contratada:

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estimadas neste documento e especificações estabelecidas no momento do envio da arte, promovendo sua substituição quando necessário.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda tem a seguinte característica:

5.4.1. Os serviços deverão obedecer criteriosamente o previsto nesse TR e, em seus Anexos e nas Ordens de Serviço;

5.4.2. A Contratada deverá apresentar uma “prova” impressa e ou digital, conforme especificado na Ordem de Serviço;

5.4.3. Quando da utilização de logomarcas, as mesmas devem aparecer em excelente qualidade, com cores e detalhes fiéis aos arquivos digitais;

5.4.4. O formato dos itens deverá obedecer aos tamanhos previstos na descrição;

5.4.5. Quando houver necessidade de utilização de papel e/ou tecido, o mesmo deve ser de boa qualidade, atendendo às especificações da Ordem de Serviço e às observações fornecidas após a apresentação da “prova”;

5.4.6. Os arquivos (layouts) serão fornecidos pela Contratante;

5.4.7 A entrega dos itens será realizada na cidade de Santa Maria (RS), no setor indicado no campo “observação” da Nota de Empenho; e

5.5. As demais informações relevantes para o dimensionamento da proposta estão dispostas neste TR e seus Anexos.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **Preposto**

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização Administrativa**

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.19. Cabe ao gestor do contrato:



(Art. 140, I, a, da Lei no 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto no 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto no 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto no 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei no 14133, de 2021)

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto no 11.246, de 2022).

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/02/2026.

7.36.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## Cessão de Crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME no 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a

legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei no 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA No 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessação de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa: fica estabelecido o previsto na Portaria GABAER Nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, anexa a este Edital, como parâmetro para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA através do Sistema de Registro de Preços (SRP), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

9.2. O uso do SRP encontra-se justificado no ETP.

### Exigências de habilitação

9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

## Habilitação jurídica

9.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

9.28. Não será exigida qualificação econômico-financeira, em virtude do baixo grau de complexidade de execução do objeto, bem como seu baixo valor, priorizando o aumento da competitividade do certame.

## Qualificação Técnica



## 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, qual seja, a Nota de Empenho, Carta-Contrato ou Autorização de Fornecimento /Execução, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

1.1.1 A convocação do adjudicatário para o fornecimento, será realizada através de envio de e-mail pela Contratante para o e-mail da empresa, cadastrado no SICAF.

1.1.2 Caso o adjudicatário permaneça inerte, desde que respeitado o item 1.1.1, considerar-se-á não aceito o instrumento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e justificada do adjudicatário, desde que aceita pela Administração.

1.3.. . O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões constantes no Edital (ou, conforme o caso, na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica), bem como no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços ou da data de emissão da Nota de Empenho, conforme o caso, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com o art. 82, §4º, da mesma Lei.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal da Administração e desde que comprovada a vantagem para o interesse público, a critério da autoridade competente, observadas as disposições legais vigentes.

2.3. A prorrogação da Ata de Registro de Preços não gera direito adquirido ao fornecedor, devendo estar condicionada:

- a) à manutenção das condições de preço, qualidade e vantajosidade;
- b) à inexistência de penalidades impeditivas registradas em nome da contratada; e
- c) à manifestação expressa de interesse da Administração em sua continuidade.

2.4. O Contratado não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, que dependerá sempre de avaliação e decisão administrativa devidamente fundamentada.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado









4.11. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

5.13. Considerando que o objeto contratual não envolve o tratamento sistemático de dados pessoais sensíveis, aplicam-se as disposições da LGPD apenas naquilo que couber.

## 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo de vigência nele estipulado, observado o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

6.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas ou antes do prazo fixado, por qualquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, ou amigavelmente, mediante acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Aplicam-se, quando cabíveis, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre os efeitos e procedimentos decorrentes da extinção contratual.

6.4. A alteração social, fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada não ensejará a extinção do contrato, desde que não restrinja a capacidade de conclusão do objeto contratado.

6.5. Se a operação societária implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para fins de alteração subjetiva, conforme previsto na legislação vigente.

6.6. O termo de extinção contratual, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indicação das indenizações e multas aplicáveis.

6.7. A extinção contratual não constitui óbice ao reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, conforme art. 139, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público envolvido na licitação ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, nos termos do art. 14, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## **7. DOS CASOS OMISSOS**

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **8. ALTERAÇÕES**

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. FORO**

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Santa Maria/RS, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para dirimir os litígios decorrentes da execução contratual que não puderem ser resolvidos por conciliação, conforme o disposto no art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 14. ANEXO II

## ANEXO II

## TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JAMYLLE DE ASSUNCAO LIMA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 14:39:33.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Documento:                    | 2. TERMO DE REFERÊNCIA  |
| Data/Hora de Criação:         | 26/05/2026 17:46:38   |
| Páginas do Documento:         | 29  |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 30  |
| Hash MD5:                     | 6c5895da4f87261a3bab598dcd4832c3  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento TIARLEN SILVA DA SILVA no dia 26/05/2026 às 14:57:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ANDREI MACHADO DEMIN no dia 26/05/2026 às 15:31:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JAMYLLE DE ASSUNÇÃO LIMA no dia 26/05/2026 às 15:36:23 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Documento:                    | ANEXO I   |
| Data/Hora de Criação:         | 29/05/2026 13:32:56   |
| Páginas do Documento:         | 30  |
| Páginas Totais (Doc. + Ass.)  | 31  |
| Hash MD5:                     | c4457ecfc3fd345bd5c77f973b694d29  |
| Verificação de Autenticidade: | <a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a> |

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap THIAGO DE ANDRADE ALVES DO NASCIMENTO no dia 29/05/2026 às 10:33:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap RAMON AZEVEDO CORRÊA BARCELOS BRITO no dia 29/05/2026 às 11:00:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int ROBERTA LUZ CABO no dia 31/05/2026 às 10:30:02 no horário oficial de Brasília.